

Governança Colaborativa – promovendo a inclusão social

Lia T. Vasconcelos – Itv@fct.unl.pt

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

Territórios socialmente inclusivos são vistos frequentemente pelos especialistas como espaços urbanos com acesso a equipamentos e serviços qualificados. Bairros (ou comunidades) apelidados de críticos por esses mesmos profissionais podem surpreender pelo potencial de sobreviver à adversidade, constituindo redutos de resiliência e espaços de grande qualidade vivencial embora em contextos urbanos menos equipados e menos qualificados. Os residentes destes espaços, comunidades excluídas, não raramente elegem-nos como preferenciais, o que se liga à controvérsia entre cidade artificial e cidade natural, objeto de longo debate em urbanismo.

Afinal de que estamos a falar quando nos referimos a territórios inclusivos? Territórios inclusivos mas para quem? E na perspetiva de quem? Como definir o que é relevante para o conceito de território inclusivo? O que é mais importante: um espaço qualificado com acesso a toda uma panóplia de equipamentos e serviços, ou um ambiente humano funcional e de qualidade? Não será o espaço construído e apropriado pelas pessoas mais do que os elementos físicos qualificados que fazem a diferença? Como avaliar e valorizar estas componentes intangíveis?

Mais do que o espaço físico a componente humana representa o potencial de mudança. Nesta linha surge a governança e a participação como ferramenta e contributo para promover territórios mais inclusivos.

Nesta comunicação explora-se como contribuir para territórios mais inclusivos trabalhando com comunidades para que, através do *empowerment*, possam vir a constituir-se num recurso humano imprescindível para formular políticas públicas. Debate-se, a partir de casos de estudo, formas de trazer para os processos decisórios as comunidades tornando-as agentes ativos e interventivos, e como ao expandir o espaço de decisão estamos a assegurar maior inclusão e equidade.

Experiências de terreno visando um salto qualitativo no desenvolvimento de políticas públicas, favorecendo, o *empowerment* local e apoiadas em novas formas de articulação do modelo formal e informal, são discutidas procurando extrair os fatores que contribuíram para uma diferenciação positiva. Discute-se como orquestrar e disciplinar as diferentes vozes, amplificando as dos menos ouvidos, contribui para a

construção de um discurso coletivo, imprescindível para que todos se revejam nos processos de construção de espaços mais inclusivos. Finalmente discutem-se os resultados conseguidos ao nível do capital social, nomeadamente ao nível do reforço de redes existentes, intensificação e acesso à informação, crescente consciencialização dos participantes sobre o seu papel e aprendizagem de como o desempenhar, e o reforço e maturação das instituições locais.

Em suma, a partir de casos de estudo concretos extraem-se lições de como valorizar e capacitar a componente humana de forma a tornar estas comunidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes, contribuindo para territórios mais inclusivos para todos.